



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 22/2021/COPOC/DETI/SUPERINTENDENTE/SUSEP

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados
(Processo Administrativo nº 15414.614315/2021-87)

TERMO DE REFERÊNCIA DETIC nº 06/2021

1. DO OBJETO

1. 1 Contratação de prestação de serviços contínuos de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), de fixo para fixo e fixo para móvel, para ligações originadas nas cidades do Rio de Janeiro - RJ, São Paulo - SP e Brasília - DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Grupo	It	Descrição	CATSER	Unidade Medida	Qt Mensal	Qt Anual	Valor Referencial Unitário	Valor Referencial Mensal	Valor Referencial Anual
1	1	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC - LDN FIXO - FIXO (Degraus 1 a 4)	26131	Minutos	3622	43.464	R\$ 0,26	R\$ 941,72	R\$ 11.300,64
	2	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis - STFC - LDN FIXO - MÓVEL (VC2 E VC3)	26140	Minutos	364	4.368	R\$ 1,66	R\$ 604,24	R\$ 7.250,88
	3	Ligações LDI (LDI - STFC - F/FM) Origem Fixo - Qualquer País/Região	27839	Minutos	180	2.160	R\$ 1,21	R\$ 2.178,00	R\$ 2.613,60
Total									R\$ 21.165,12

- 1.2 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum prestado de forma continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra.
- 1.3 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4 A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por Preço Global.
- 1.5 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.6 Na fase de planejamento, não foi identificada a possibilidade administrativa de fracionamento do objeto em diferentes grupos, tendo em vista, que todo processo configura um único grupo, sendo tecnicamente e economicamente inviável fomentar a competitividade e obter mais de 1 (um) vencedor no presente certame.
- 1.8 O quantitativo previsto na tabela acima é meramente estimativo e a SUSEP não se obriga a utilizá-los em sua totalidade.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Contextualização e Justificativa da Contratação:

A contratação contempla habilitar o serviço de telefonia fixa comutada (fixo-fixo e fixo móvel) Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional a partir das unidades da SUSEP, com ligações originadas nas cidades do Rio de Janeiro - RJ, São Paulo - SP e Brasília - DF.

A realização de ligações telefônicas pelos usuários da SUSEP para pessoas físicas e jurídicas relacionadas às atividades fim e meio da autarquia, como empresas supervisionadas, órgãos governamentais, entidades do setor, fornecedores, público em geral, entidades regulamentadoras internacionais e outros, é essencial para que sejam viabilizadas as várias atividades da Administração. A interrupção desse serviço pode vir a comprometer a continuidade das atividades da SUSEP, gerando prejuízos ao serviço prestado pela Autarquia ao cidadão e por assim comprometer ou prejudicar sua missão institucional.

A contratação visa estabelecer um modelo simples de gestão e fiscalização do contrato, adotando tarifa na modalidade *flat*.

2.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais:

ALINHAMENTO AO PEI/SUSEP 2020-2023	
ID	Objetivos Estratégicos
01	Prover soluções inovadoras de TIC por meio da transformação digital

ALINHAMENTO AO PDTI/SUSEP 2021			
ID	Necessidade do PDTI	ID	Ação do PDTI associada
	N45 - Modernizar Serviço de Telefonia Fixa		A93

ALINHAMENTO AO PAC–SUSEP/2021	
Item	Descrição
14	"Telefonia Fixa (LDI LDN) 1.1. Contratação de empresa prestadora de Serviço Telefônico nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, para ligações originadas nas cidades do Rio de Janeiro - RJ, São Paulo - SP, Porto Alegre RS e Brasília - DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos."

2.3. ESTIMATIVA DA DEMANDA:

A estimativa foi realizada a partir dos dados da Gestão do Contrato atual, referente ao período de setembro/2019 à fevereiro/2020, conforme detalhado no ETP - Estudo Técnico Preliminar.

2.4 PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO:

Não caberá parcelamento do serviço. O objeto possui 3 itens: LDN fixo-fixo, LDN fixo-móvel, LDI (LDI - STFC - F/FM). Conforme observado na tabela do item 1.1 acima, a quantidade a ser contratada de serviços de LDI representa baixo volume com relação ao total do serviço. Sendo assim o parcelamento do objeto pode comprometer o resultado final da licitação trazendo risco de um certame deserto para o serviço LDI. A fim de afastar esse risco, todos os serviços serão licitados em único grupo.

2.5 RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS:

- Continuidade das atividades da SUSEP;
- Estabelecer um modelo simples de gestão e fiscalização do contrato.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 Visão Geral do Serviço

3.1.1 A Contratada prestará serviços de telefonia fixa comutada (fixo-fixo e fixo móvel) Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional a ser executado de forma contínua nas seguintes cidades:

- Rio de Janeiro - RJ, na Avenida Presidente Vargas, 730 - Edifício Banco Central;
- São Paulo - SP, na Rua Formosa, 367 - 26º andar - Edifício CBI;
- Brasília - DF, Setor Bancários Sul, Quadra 1 - BL.K - 13º andar - Edifício Seguradora.

3.1.2 O serviço de telefonia fixa comutada na modalidade de Longa Distância Internacional será prestado na Sede da SUSEP na cidade do Rio de Janeiro e na unidade de Brasília.

3.1.3 O serviço deverá ser prestado 24 horas por dia, sete dias por semana.

3.1.4 O perfil de tráfego mensal previsto foi calculado por meio de um estudo realizado no contrato atual vigente, o qual servirá de subsídio às licitantes na formulação das propostas. A estimativa mensal, apresentada na tabela do Item 1.1, não gera qualquer obrigação à Contratante, e os pagamentos serão efetuados conforme o serviço efetivamente prestado.

3.2 TERMOS E DEFINIÇÕES APLICADOS AO SERVIÇO:

3.2.1 ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função reguladora das telecomunicações e sede no Distrito Federal;

3.2.2 SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO – STFC – definido no PGO – Plano Geral de Outorga, como o serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia;

3.2.3 SERVIÇO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL – destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados situados em Áreas Locais distintas do território nacional, conforme disposição normativa editada pela Agência Nacional de Telecomunicações;

3.2.4 SERVIÇO DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL - destina-se à comunicação entre um ponto fixo situado no território nacional e um outro ponto no exterior, conforme disposição normativa editada pela Agência Nacional de Telecomunicações.

3.2.5 TELEFONIA DE LONGA DISTÂNCIA – é o serviço de telecomunicações que por meio de transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos situados no território nacional e outro ponto situado no exterior;

3.2.6 PRESTADORA DE SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA – empresa outorgada/autorizada para prestar serviço telefônico fixo comutado nas modalidades local, nacional ou internacional;

3.2.7 PERFIL DE TRÁFEGO – assim entendido o quantitativo médio mensal estimado, em minutos, de ligações telefônicas efetuadas, em função do horário e das localidades de destino de minutos de maior ocorrência e levando em consideração o tempo médio de duração das chamadas;

3.2.8 TARIFA VC-2- chamadas quando originadas em acesso do STFC e destinada a acesso SMP ou SME cuja área de registro (AR) é diferente da área de numeração (AN) do acesso de origem, porém com o 1º algarismo do código nacional da AN de origem igual ao 1º algarismo do código nacional do AR de destino; e

3.2.9 TARIFA VC-3 – originada em acesso do STFC e destinada a acesso do SMP ou SME cujo 1º algarismo do código nacional (AR) é diferente do 1º algarismo do código nacional (AN) da origem.

3.3 DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

3.3.1 Os serviços, ressalvados os casos de força maior, justificados formalmente e aceitos pela SUSEP, não devem ser interrompidos.

3.3.2 Eventuais falhas devem ser sanadas em até 8 horas do acontecido, ressalvado o disposto no item 3.3.1.

3.3.3 A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente qualquer anormalidade de caráter urgente à área da SUSEP responsável pela fiscalização dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

3.3.4 O serviço de telefonia LDN e LDI deverá ser integrado aos troncos telefônicos existentes nas unidades da SUSEP.

3.3.5 A CONTRATADA deverá fornecer as contas mensais em formato digital: documento pdf e em meio que permita a importação (texto, csv, planilha excel etc).

3.3.6 A Operadora deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade das conversações realizadas através de ligações de longa distância.

3.3.7 A Operadora deverá se responsabilizar pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, assim como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL.

3.3.8 A Operadora deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 Habilitar o serviço de telefonia fixa comutada (fixo-fixo e fixo móvel) Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional a partir das unidades da SUSEP.

5.1.2 Realização de ligações telefônicas pelos usuários da SUSEP para pessoas físicas e jurídicas relacionadas às atividades fim e meio da autarquia, como empresas supervisionadas, órgãos governamentais, entidades do setor, fornecedores, público em geral, entidades regulamentadoras internacionais e outros.

5.1.3 Estabelecer um modelo simples de gestão e fiscalização do contrato.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1 O início da execução dos serviços será a partir da assinatura do contrato.

6.2 A prestação do serviço deverá ser executado de forma contínua nas seguintes cidades:

- Rio de Janeiro - RJ, à Avenida Presidente Vargas, 730 - Edifício Banco Central;
- São Paulo - SP, à Rua Formosa, 367 - 26º andar - Edifício CBI;
- Brasília - DF, Setor Bancários Sul, Quadra 1 - BL.K - 13º andar - Edifício Seguradora.

6.3 O serviço deverá ser prestado 24 horas por dia, sete dias por semana.

6.4 FASE INTRODUTÓRIA

6.4.1 A fase introdutória é marcada pela reunião inicial.

6.4.2 A reunião ocorrerá em até 15 (quinze) dias da assinatura do contrato.

- 6.4.3 O prazo poderá ser prorrogado a critério da SUSEP caso sobrevenham motivos para o adiamento;
- 6.4.4 A pauta da reunião inicial incluirá:

6.4.4.1 Indicação do preposto pela Contratada;

6.4.4.2 Apresentação da equipe de fiscalização pela Contratante;

6.4.4.3 Disponibilização, pela Contratada, do(s) canal(is) de comunicação para os acionamentos nas situações de urgência e de emergência.

6.4.4.4 A **Ata da Reunião Inicial** será autuada no processo do contrato e as deliberações nela registradas vinculam os polos do contrato.

6.5 FASE DE PRODUÇÃO:

- 6.5.1 A fase de produção é marcada pela efetiva execução do objeto.
- 6.5.2 A contratada disponibilizará o serviço por meio dos troncos telefônicos instalados nas unidades da Susep.
- 6.5.3 A execução do contrato se dá em ciclos mensais.
- 6.5.4 Os usuários da Susep realizarão chamadas telefônicas digitando o número de operadora correspondente à contratada.
- 6.5.5 Ao final de cada exercício mensal, a contratada enviará fatura telefônica detalhando todas as chamadas realizadas, na forma do item 3.3.6.
- 6.5.6 As chamadas registradas na fatura deverão informar pelo menos os seguintes dados:

6.5.6.1 tipo de serviço realizado (LDN fixo-móvel, LDN fixo-fixo, LDI(LDI - STFC - F/FM)).

6.5.6.2 data e hora do serviço realizado (ligação telefônica).

6.5.6.3 número de origem

6.5.6.4 número de destino.

6.5.6.5 duração da ligação.

6.5.6.6 valor da ligação.

6.5.7 Nas suas faturas, a contratada deverá consolidar os serviços prestados conforme o tipo e quantidade de minutos, permitindo a verificação dos valores cobrados em cotejo aos preços contratuais vigentes, a exemplo da tabela abaixo:

Serviço	Minutos	Preço Unitário	Preço Item
LDN Fixo-Fixo			
LDN Fixo-Móvel			
LDI (LDI - STFC - F/FM)			

- 6.5.8 A fatura será autuada no processo correspondente
- 6.5.9 O fiscal técnico elaborará relatório de fiscalização nele consignando:

6.5.9.1 referência à fatura.

6.5.9.2 referência aos preços vigentes

6.5.9.3 Resumo de valores da fatura, conforme sua própria verificação

6.5.9.4 Parecer do fiscal sobre a conformidade da fatura.
- 6.5.10 As inconsistências verificadas na aferição serão informadas ao Gestor e notificadas à Contratada, para a devida correção.
- 6.5.11 O processo será encaminhado para o gestor, que emitirá o seu parecer sobre o ciclo de faturamento.
- 6.5.12 Em caso de regularidade, o processo será encaminhado ao fiscal administrativo, para providências preliminares aos procedimentos de pagamento.
- 6.5.13 Anualmente, a contratada poderá requerer o reajuste previsto neste instrumento por meio de comunicação endereçada ao gestor.
- 6.5.14 Na hipótese prevista no item anterior, o gestor avaliará a pertinência da solicitação e movimentará o processo para a área de contratos efetivar o reajuste.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

7.1 Atores que participação da execução

PARTE	PAPÉIS	RESPONSABILIDADES NA FASE DE INSERÇÃO
Contratante	Gestor	<div><div>● Participar da reunião inicial.</div><div>● Assinar o Termo de Compromisso.</div></div>
	Fiscal Técnico	<div><div>● Participar da reunião inicial.</div></div>
	Fiscal administrativo	<div><div>● Participar da reunião inicial.</div></div>
	Fiscal Requisitante	<div><div>● Participar da reunião inicial.</div></div>
Contratada	Representante legal	<div><div>● Participar da reunião inicial.</div></div>
	Preposto	<div><div>● Participar da reunião inicial.</div><div>● Informar o(s) canal(is) de comunicação para urgência/emergência</div></div>

7.2 Mecanismos de comunicação entre contratante e contratada

- Emissão de conta telefônica mensal na forma prevista no item 3.3.5;

● E-mail;

● Telefone;

● Carta; e

● Ofício.

7.3 Forma de aferição, medição e ateste

- O serviço será aferido na forma definida nos itens 6.5.8, 6.5.9 e 6.5.10 e será atestado na forma prevista no item 6.5.11, equivalendo esta última etapa ao recebimento definitivo do serviço.

7.4 Verificação das condições de habilitação, prévia ao pagamento

- A verificação das condições verificações originais de habilitação serão executadas na forma detalhada no item 13.2.

7.5 Sanções por inexecução total ou parcial

- As sanções aplicáveis à contratada em virtude de inexecução total ou parcial do contrato estão enumeradas no item 17.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

8.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

- 8.6.1** exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 8.6.2** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 8.6.3** Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

8.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

9.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9.7 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.8 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

9.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.11 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.12 Zelar pelo sigilo telefônico dos usuários da SUSEP;

9.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.14 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.15 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.16 Levar imediatamente ao conhecimento da SUSEP qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção das medidas cabíveis, bem como comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer;

9.17 Encaminhar mensalmente as faturas conforme determinado no item 3.3.6

9.18 Informar com antecedência sobre reajustes no valor das tarifas conforme item 12.2.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10.2. A utilização de serviços de outras empresas de telefonia visando atender demandas de interconexão é algo inerente ao modelo de mercado, não sendo possível definir qual o nível de interação entre as empresas, pois envolve muitas variáveis, dependendo da operadora, local, tecnologia utilizada, origem e destino da conexão, localização e particularidades do órgão CONTRATANTE , dentre outras. Para fins da presente licitação, o uso desses serviços será permitido e não será entendido como subcontratação.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1 A contratada emitirá fatura mensal na forma prevista no item 3.3.6

12.2 O fiscal realizará a verificação da fatura conforme previsto no item 6.5 (modelo de execução).

12.3 Havendo inconformidades identificadas no procedimento de verificação, o Gestor do contrato será informado e a contratada será notificada para correção e a data de vencimento será ajustada.

12.4 O Gestor validará o relatório emitido pelo fiscal técnico e atestará o recebimento dos serviços registrados na fatura.

12.5 O Gestor encaminhará o processo para pagamento da fatura.

13. DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

13.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.2.2 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

13.2.3 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.2.4 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.2.5 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

- 13.2.6** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 13.2.6.1** Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.
- 13.3** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 13.3.1** o prazo de validade;
 - 13.3.2** a data da emissão;
 - 13.2.3** os dados do contrato e do órgão Contratante;
 - 13.3.4** o período de prestação dos serviços;
 - 13.3.5** o valor a pagar; e
 - 13.3.6** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 13.4** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a Contratada deverá providenciar os ajustes em até 5 (cinco) dias úteis, e o pagamento ficará sobrestado até que providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 13.5** Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 13.5.1** não produziu os resultados acordados;
 - 13.5.2** deixou de executar as atividades Contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 13.5.3** deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 13.6** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 13.7** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 13.8** É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 13.9** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. VIGÊNCIA E REAJUSTE

- 14.1 Vigência do Contrato**
- 14.1.1** O contrato terá vigência original de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada na forma da lei, limitado a 60 (sessenta) meses.
- 14.2 Reajuste**
- 14.2.1** Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 14.2.1.1** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações – IST. O IST é um índice composto por uma combinação de outros índices existentes na economia com o objetivo de atualizar valores associados à prestação dos serviços de telecomunicações, especialmente tarifas da telefonia pública, refletindo as reais variações de despesas das prestadoras da melhor forma possível.
- 14.2.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 14.2.3** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 14.2.4** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 14.2.5** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 14.2.6** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 14.2.7** O reajuste será realizado por apostilamento.
- 14.2.8** Os reajustes de tarifas devem ser comunicados ao Contratante previamente, por meio de documento oficial expedido pela Contratada.

15. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 15.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, uma vez que se trata de contrato de conta de consumo, sem fornecimento de mão de obra ou materiais de propriedade da Susep.

16. CONDUTAS DE INEXECUÇÃO DO CONTRATO

- 16.1** Esta seção enumera e classifica, em graus de gravidade, as ações, atrasos e omissões de responsabilidade da Contratada que configuram descumprimento contratual.
- 16.2** As ocorrências podem ser classificadas em: Gravíssimas, Graves e de Gravidade Média.
- 16.3** Ocorrências de inexecução **Gravíssimas**:
- 16.3.1** Não celebrar o contrato;
 - 16.3.2** Atraso injustificado para início do Contrato;
 - 16.3.3** Não comparecer à reunião inicial;
 - 16.3.4** Não designar ou manter preposto ao longo da vigência contratual;
- 16.4** Ocorrências de inexecução **Graves**:
- 16.4.1** Omitir-se no reparo de falhas e/ou defeitos identificados;
 - 16.4.2** Recusar-se em corrigir ou substituir qualquer serviço ou material rejeitado ou com defeito, caracterizando-se a recusa também no caso de correção ou substituição não ser efetuada no tempo estipulado pela SUSEP;
 - 16.4.3** Descumprir as decisões pactuadas nas reuniões de gestão do contrato;
 - 16.4.4** Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 17.1.1** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, na forma e nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
 - 17.1.2** ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 17.1.3** falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 17.1.4** comportar-se de modo inidôneo; ou
 - 17.1.5** cometer fraude fiscal.
- 17.2** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, bem como erro na execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:
- 17.2.1** **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - 17.2.2** **Multa aplicável na forma detalhada a seguir, nesta seção**;
 - 17.2.2.1** O valor das multas poderá ser subtraído dos valores devidos pela Contratada.
 - 17.2.3** **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 17.2.4** **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

17.3 As penalidades previstas no item anterior poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

17.4 A aplicação de sanções de acordo com a gravidade das ocorrências, nos termos do item 16, será detalhada a seguir.

17.5 Para ocorrências de inexecução **Gravíssimas** listadas no item 16.3, serão aplicadas:

- 17.5.1** Multa diária, contada a partir do dia útil subsequente ao da ocorrência, de até 0,7%, limitada a 20% do valor mensal do Contrato;
 - 17.5.1.1** O atraso superior a 10 (dias) dias autoriza a Administração a promover a rescisão unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.5.2** Multa de até 20% do valor mensal do Contrato a cada ocorrência;
- 17.5.3** Multa de até 20% do valor total do Contrato no caso de atrasos maiores do que 1 (um) mês;
- 17.5.4** Rescisão unilateral do Contrato pela SUSEP; e
- 17.5.5** Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4o da Lei nº 10.520/02.

17.6 Para ocorrências de inexecução **Graves** listadas no item 16.4, serão aplicadas:

- 17.6.1** Multa diária de 0,2% do valor mensal do Contrato, limitada a 20% do valor total do Contrato;
- 17.6.2** Multa de até 10% do valor total do Contrato;
- 17.6.3** Rescisão unilateral do Contrato pela SUSEP; e
- 17.6.4** Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.

17.7 Hipóteses não elencadas serão classificadas pela SUSEP de acordo com sua gravidade e ensejarão a aplicação de penalidades previstas acima.

17.8 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.9 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 17.9.1** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 17.9.2** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 17.9.3** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.11 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 17.11.1** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.12 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.13 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.14 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.15 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.16 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.17 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

18.2 Os critérios de qualificação econômico-financeiras a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

18.3 Os **critérios de qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- 18.3.1** Apresentação de no mínimo 1(um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, para a qual a licitante tenha prestado serviço compatível em características, quantidades e prazos ao objeto desta contratação.
- 18.3.2** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;
- 18.3.3** O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

18.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

- 18.4.1** Valor Global: **R\$21.165,12 (vinte e um mil cento e sessenta e cinco reais e doze centavos)** para 12 (doze) meses de contrato.
- 18.4.2** Valores unitários: conforme tabela do item 1.1.

18.5 A licitante vencedora deverá enviar proposta de preços na forma do Anexo 1.

18.6 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

18.7 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

19.1 O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

19.2 Tal valor foi obtido a partir de Pesquisa de Preços.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 A estimativa do impacto orçamentário (cronograma físico-financeiro) é conforme a tabela abaixo:

Exercício	Estimativa de despesa
2021	R\$ 811,82
2022	R\$ 20.353,30
Total para 12 meses	R\$ 21.165,12

20.2 As fontes de recurso são as abaixo enumeradas:

PTRES: 171907
Programa de Trabalho: 04122003220000001
Fonte de Recursos: 0180173039
Plano Interno: SUSEPSI2000

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
Integrante Requisitante:	Leandro Martins das Neves
Integrante Técnico:	Aline Falcão Gomes
Integrante Administrativo Titular:	Nelson Cesar Mingorance Ribeiro
Integrante Administrativo Substituto:	André Batistuzzo

Anexo 1

Proposta Comercial

(papel timbrado da empresa)

:

1 - QUALIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Razão Social:	
CNPJ/MF:	
Endereço Comercial:	
Bairro:	Cidade:
Estado:	CEP:
Telefone:	Fax:
Endereço Eletrônico:	
Preposto Administrativo: (Nome; CPF; email; Telefone)	
Validade da Proposta: 90(noventa) dias	

2 – VALORES DA PROPOSTA COMERCIAL:


It	Descrição	Unidade Medida	Qt Mensal	Qt Anual	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
1	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC - LDN FIXO - FIXO (Degraus 1 a 4)	Minutos	3622	43.464	R\$	R\$	R\$
2	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis - STFC - LDN FIXO - MÓVEL (VC2 E VC3)	Minutos	364	4.368	R\$	R\$	R\$
3	Ligações LDI (LDI - STFC - F/FM) Origem Fixo - Qualquer País/Região	Minutos	180	2.160	R\$	R\$	R\$
Total							R\$

Nos preços cotados, estão incluídas todas as despesas, lucros, frete, tributos e demais encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.


Declaramos acordo irrestrito às condições fixadas no Termo de Referência DETIC nº 06/2021 .

Cidade, ____ de _____ de 2020.


Identificação do responsável




Documento assinado eletronicamente por **LEANDRO MARTINS DAS NEVES (MATRÍCULA 1958694)**, **Coordenador**, em 01/09/2021, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .




Documento assinado eletronicamente por **ALINE FALCÃO GOMES (MATRÍCULA 3194207)**, **Analista - BBTS, em exercício na SUSEP**, em 01/09/2021, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



Documento assinado eletronicamente por **NELSON CESAR MINGORANCE RIBEIRO (MATRÍCULA 1818536)**, **Analista Técnico da SUSEP**, em 01/09/2021, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO JOSÉ BRASIL DE CARVALHO (MATRÍCULA 3150604)**, **Chefe de Departamento**, em 02/09/2021, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1125157** e o código CRC **5B63A26D**.